

**AS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS AO LONGO DOS SÉCULOS NA LOCALIDADE DE TIÁIA E A RESISTÊNCIA DOS SABERES ANCESTRAIS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

**SOCIOENVIRONMENTAL INEQUALITIES OVER THE CENTURIES IN THE URBAN OF TIÁIA AND THE RESISTANCE OF ANCESTRAL KNOWLEDGE AS A FORM OF ENVIRONMENTAL PRESERVATION**

**DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTALES A LO LARGO DE LOS SIGLOS EN LA ZONA URBANA DE TIÁIA Y LA RESISTENCIA DE LOS SABERES ANCESTRALES COMO FORMA DE PRESERVACIÓN AMBIENTAL**

 10.56238/edimpacto2025.090-025

**Francisco Elvis Dias da Fonseca**

Aluno

Instituição: Escola EEMTI Nossa Senhora do Livramento

Endereço: Ceará, Brasil

E-mail: francisco.fonseca17@aluno.ce.gov.br

**Danilo Alves do Nascimento**

Aluno

Instituição: Escola EEMTI Nossa Senhora do Livramento

Endereço: Ceará, Brasil

E-mail: danilo.nascimento31@aluno.ce.gov.br

**Antonio Alves Lustoza Carvalho**

Especialista em Gestão e Avaliação da Educação

Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: antonio.carvalho6@prof.ce.gov.br

---

## RESUMO

A localidade de Tiáia, situada no distrito de Parazinho, município de Granja (CE), com cerca de 1.219 habitantes (IBGE, 2022), possui origem ligada ao povo Tremembé, cujo território começou a ser registrado oficialmente em 1706 com a concessão de sesmarias. O nome, de origem tupi, significa “água azeda” ou “ponta d’água”. Desde o período colonial ela foi marcada pela imposição da lógica cristã e capitalista, que transformou o modo de vida indígena baseado na relação de pertencimento à terra em exploração mercantil, especialmente com pecuária, algodão, sal e carnaúba, consolidando desigualdades socioambientais e a invisibilização dos povos nativos, muitas vezes classificados como “caboclos” nos censos do século XIX. Apesar das perdas territoriais, degradação ambiental e precariedade no acesso a recursos básicos, a comunidade preserva práticas ancestrais de resistência, como a agricultura de subsistência, o manejo sustentável da água e o uso de plantas medicinais, transmitidos oralmente entre gerações. Esses saberes, aliados à forte relação simbólica com a “mãe terra”, funcionam como instrumentos de identidade e resistência frente à exploração capitalista e à



homogeneização cultural. Assim, o estudo evidencia que a trajetória histórica de Tiáia é marcada por exclusão, mas também pela continuidade de práticas que reafirmam vínculos comunitários e ambientais.

**Palavras-chave:** Tiáia. Tremembé. Desigualdades Socioambientais. Sesmarias. Saberes Ancestrais.

### **ABSTRACT**

The locality of Tiáia, located in the district of Parazinho, municipality of Granja (Ceará, Brazil), with about 1,219 inhabitants (IBGE, 2022), has its origins linked to the Tremembé people, whose territory was first officially recorded in 1706 with the granting of sesmarias. The name, of Tupi origin, means “sour water” or “water point.” Since the colonial period, it has been marked by the imposition of Christian and capitalist logics, which transformed the Indigenous way of life—based on a sense of belonging to the land—into mercantile exploitation, especially through cattle raising, cotton, salt, and carnauba, consolidating socio-environmental inequalities and the invisibilization of native peoples, often classified as “caboclos” in 19th-century censuses. Despite land losses, environmental degradation, and precarious access to basic resources, the community preserves ancestral practices of resistance, such as subsistence farming, sustainable water management, and the use of medicinal plants, orally transmitted across generations. These knowledges, combined with the strong symbolic relationship with “mother earth,” serve as instruments of identity and resistance against capitalist exploitation and cultural homogenization. Thus, the study shows that Tiáia’s historical trajectory is marked by exclusion but also by the continuity of practices that reaffirm community and environmental bonds.

**Keywords:** Tiáia. Tremembé. Socio-environmental Inequalities. Sesmarias. Ancestral Knowledge.

### **RESUMEN**

La localidad de Tiáia, ubicada en el distrito de Parazinho del municipio de Granja (CE), con aproximadamente 1219 habitantes (IBGE, 2022), tiene orígenes vinculados al pueblo tremembé, cuyo territorio comenzó a registrarse oficialmente en 1706 con la concesión de tierras. El nombre, de origen tupí, significa "agua agria" o "manantial de agua". Desde la época colonial, ha estado marcada por la imposición de la lógica cristiana y capitalista, que transformó el modo de vida indígena, basado en la pertenencia a la tierra, en explotación comercial, especialmente en la ganadería, el algodón, la sal y la palma carnauba. Esto consolidó las desigualdades socioambientales y la invisibilidad de los pueblos originarios, a menudo clasificados como "caboclos" en los censos del siglo XIX. A pesar de las pérdidas territoriales, la degradación ambiental y el precario acceso a los recursos básicos, la comunidad conserva prácticas ancestrales de resistencia, como la agricultura de subsistencia, la gestión sostenible del agua y el uso de plantas medicinales, transmitidas oralmente de generación en generación. Este conocimiento, combinado con la fuerte conexión simbólica con la "Madre Tierra", funciona como instrumento de identidad y resistencia contra la explotación capitalista y la homogeneización cultural. Así, el estudio destaca que la trayectoria histórica de Tiáia está marcada por la exclusión, pero también por la continuidad de prácticas que reafirman los vínculos comunitarios y ambientales.

**Palabras clave:** Tiáia. Tremembé. Desigualdades Socioambientales. Concesiones de Tierras. Conocimientos Ancestrales.



## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa surge da necessidade de explicação do desaparecimento das comunidades tradicionais indígenas na localidade de Tiáia, pertencente ao distrito de Parazinho, município de Granja no estado do Ceará.

Por um lado vemos nitidamente o que chamamos de perda de territorialidade, pois essas populações tradicionais que aparecem nos levantamentos populacionais oficiais do município de Granja no século XIX não aparecem atualmente nos dados oficiais. Em contrapartida a história oral e alguns registros notórios dessa época nos leva a perceber a chegada do colonizador com o desejo de apropriação da natureza, abundante em carnaúba, sendo que na visão oitocentista essa palmeira ganhou visibilidade e opção de um mercado consumidor até fora do país, um produto bastante promissor para venda no comércio europeu, além de outras madeiras abundantes e a riqueza da fauna local.

## 2 AS ORIGENS

A palavra Tiáia vem do tupi “Iaya”, que significa água azeda, noutra tradução podemos citar “atiaí/a” que quer dizer ponta d’água. A localidade que leva esse nome foi citada pela primeira vez nos registros oficiais em 1706 por meio de carta de concessão de sesmaria concedida a Inácio Machado, Inês Pacheco e Vitória Câmara. Denominada Fazenda Tiáia, contava com uma área de 38.000 Ha de terra, ficando atualmente situada entre os municípios de Martinópolis e Camocim. Em relação aos recursos naturais a comunidade possuía em abundância mata nativa, principalmente a carnaúba, uma planta bem típica do nordeste, que ainda consiste na principal fonte de empregabilidade e renda. Existindo também o riacho Una que cerca as águas dessa região, tornando bastante propícia à agricultura e à pecuária.

A territorialidade desses povos já nativos, primeiro catequizados na lógica cristã e da visão capitalista, viam em espaços de tempo seu processo de relação com a natureza desconstruído pela visão dos colonizadores. Segundo o historiador Haroldo Ximenes ( ) houve uma missão jesuíta nesse local em 1710 coordenada pela missão da Ibiapaba na responsabilidade do Padre Paulista Ascenso Gago, tendo ali uma população indígena sob a liderança do mesmo. Sendo assim podemos compreender que houve um miscigenação entre as raças, desconstruindo ao longo da história as comunidades tradicionais indígenas, que na lógica mercantil passaram a serem escravizados e trabalhadores braçais aos colonizadores da região.

Como podemos ver os objetivos dessa colonização desconsideraram os povos nativos, onde uma autoridade portuguesa com posse ilegítima se diz dono e distribui a senhores e senhoras que por sua vez nem habitavam a região. Estes donatários e donatárias todas estavam ligadas ao Padre Ascenso Gago por laços familiares, outras ao colonizador fixado no Parazinho Domingos Machado



Freire. A fazenda era pertencente à missão da Serra da Ibiapaba, tendo como primeiro capataz o colonizador baiano Alexandre Pereira de Sousa. Com a expulsão dos jesuítas pelo fim da companhia de Jesus e conforme a nova lei decretada pelo marquês de Pombal, os indígenas conseguiram uma suposta “liberdade” mas não na ótica da manutenção da sua relação com a terra mãe e sim na visão capitalista do uso da mesma, redefinindo o processo de territorialização a aldeamentos com visões de colonizadores em obter da natureza, o produto para comercialização e venda.

Na carta de 1759 do governador da Capitania de Pernambuco Luiz Diogo Lobo da Silva ao Marquês de Pombal

Para o q. [que] quando o mesmo senhor o determine me parece acertadíssimo seguirem o mesmo sistema, q.[que] se praticou para o Maranhão e Pará mandando-se dessa corte, e Províncias clérigos para vigários/ / e Diretores para as novas Vilas, e lugares os quais se devem escolher de pessoas, q.[que] além das qualidades q.[que] deixo expendidas, tenham de serem criados com conhecimento da agricultura, e amantes do trabalho, que deste modo se facilitará reduzir os Índios a bom cultores da terra, q.[que] se lhes dão, e a metem em benefício do comércio, e utilidade própria os grandes, e muitas preciosidades de frutos, e drogas, que produzem estes sertões.

É nessa compreensão da lógica do processo de formação econômica e social, utilizando os nativos como base trabalhadora e de exploração dos recursos naturais que se viabilizou ao longo dos séculos a perda da territorialidade indígena, reduzindo os mesmos a conhecedores da terra e desse modo base importante para o desenvolvimento de estruturas fundiárias tendo como base a extração de produtos da terra e seu uso para fins comerciais.

### **3 BASE CONCEITUAL**

A terra para os nativos se constitui um elemento de pertencimento e relação com o divino, faz parte de suas crenças ligadas à ancestralidade, sendo os recursos nela disponibilizados como a graça divina para prover o sustento e manter a relação de equilíbrio entre ela e o próprio homem, denominado “mãe terra”. Por sua vez, o conceito de terra utilizado pelo europeu carrega em sua expressão a posse, domínio e exploração dentro de um sistema mercantil, com necessidade de uso e extração de produtos para gerar riquezas imediatas. Se baseando na perspectiva da propriedade privada associando o desenvolvimento do homem a produção e ampliação dos meios de existência que segundo Engels

[...] estado selvagem – período em que predomina a apropriação de produtos da natureza já prontos; os produtos artificiais do homem são, sobretudo, instrumentos destinados a facilitar essa apropriação; barbárie – período em que se domina a criação de gado e a agricultura e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio da atividade humana. (ENGELS, 2009, p. 42).



A partir das reformas pombalinas de 1757, que retirou o controle das populações indígenas das mãos dos jesuítas, vemos um novo desenrolar na perspectiva da criação dos aldeamentos, onde conforme o inventário patrimonial realizado por Gama Casco em 1759, a fazenda Tiáia possuía 720 vacas, 290 bóis, 18 éguas e 44 cavalos. Sendo entregue para continuação e manutenção desse patrimônio a paróquia de Nossa Senhora da Assunção em Viçosa, ligada à diocese de Sobral.

Na visão oitocentista essa região assim como todo o Ceará viveu a civilização do couro, tendo em vista as fazendas de gado já consolidadas no século anterior como bem afirma Capistrano de Abreu

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calçavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. ( pág .170)

Sendo as cidades de Camocim e Granja centros desse comércio de charque, onde os colonos utilizavam a mão de obra escrava indígena em sua maioria e as grandes extensões de terras, onde segundo carta régia de 3 de setembro de 1751 a Tiáia possuía mais de 12 léguas de terras. Além disso o Sal foi outro produto de exploração, como bons conhecedores da região os índios carregavam sal da costa do Guriú e da ponta do lago Grande em seu cruzamento com o mar para abastecer esse comércio. Com as sucessivas secas, a criação de gado foi entrando em decadência e por consequência parte desses nativos indígenas sem posse da terra foram migrando para outras regiões, os que ficavam estavam à margem dos colonizadores, assim como também aqueles que por entrelaces matrimoniais se estabeleceram hierarquicamente na sociedade.

Em meados de 1860 com o auge do algodão no mercado europeu, nova atividade econômica se instaura servindo essas terras para a plantação de algodão, pois como os índios dessa região segundo Studart ( 1965 ) já praticam o fiar e possuíam fusos, esse processo foi facilitado, segundo dados das exportações do porto de Granja citado por Theófilo (1922) em 1866 com 1.386 kg, chegando em 1876 a 13.740 kg exportados.

No entanto a região possuía outro atrativo, a carnaúba, palmeira com o nome científico de Copernicia prunifera, nome dado pela mitologia tupi, que se traduz como “árvore que arranha”, desse modo iniciando um novo ciclo de extração dos recursos dessa região. De acordo com Freitas ( 2015) a diversificação da economia, depois da segunda metade do século XIX, se dinamiza com a produção de café, com a cera de carnaúba, contribuindo para atualização da cartografia urbana do Ceará. Desse modo conforme relatos da viagem de Freire Alemão, Manuel Araújo e José Reis, esse último pintor



de muitas telas sobre que retratava a utilização nativa dessa planta, deixa em suas anotações a seguinte percepção na obra Corte de Carnaúba de 1859 de acordo com José Felipe (2017)

Trata-se de uma descrição do corte da palha, atividade econômica sazonal dos períodos de estiagem que acontecia quando não havia condições para as culturas agrícolas, com exceção para o plantio de gêneros alimentícios às margens dos rios, conhecido como vazantes...Essa prática era encarada a partir de dois aspectos: ora como promissor para o comércio, ora como elemento de destruição das matas da província.( pág. 132)

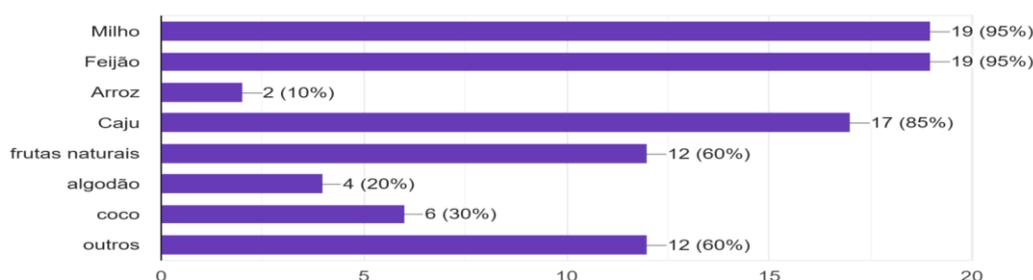
As desigualdades socioambientais são fruto direto dessa trajetória histórica. Alguns exemplos incluem o acesso desigual à terra onde os moradores vivem como posseiros e arrendatários, dificuldades no acesso a saneamento básico, abastecimento regular de água potável, sofrem diretamente com as secas, assim como as cheias dos rios que mantém essas comunidades isoladas nesses períodos. Em relação às fontes de renda, uma parte da população depende de empregos sazonais, principalmente dos chamados “Carnaubais”, onde são submetidos a condições precárias. A produção de derivados da palha, adotados principalmente pelas mulheres, é um ofício mantido até hoje.

Para Mariana Belmont (2023)

“... falta racializar as políticas públicas ambientais. Como resultado, temos a falta de segurança ambiental aos territórios urbanos e rurais de maioria populacional negra, impactada pela expropriação, poluição hídrica, atmosférica, pelos eventos climáticos extremos, pela morada em áreas de risco, pelo despejo de resíduos, pelo não acesso aos serviços de saneamento básico, impactados pelas enchentes, deslizamentos, doenças de veiculação hídrica, entre outros”.

Em pesquisa realizada, percebemos que os ancestrais dos familiares que residem até hoje nessa comunidade já vivem ali na grande maioria há mais de 100 anos, confirmando a existência da territorialidade desse povo. Em relação à relação com a terra mantendo as tradições de cultivo percebemos a resistência da agricultura de subsistência:

Gráfico 1

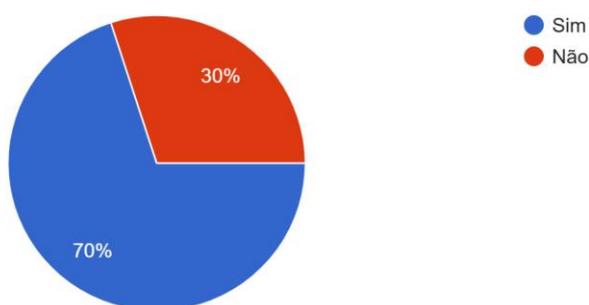


Fonte: Arquivo pessoal - entrevista realizada com 20 moradores em Agosto de 2025.

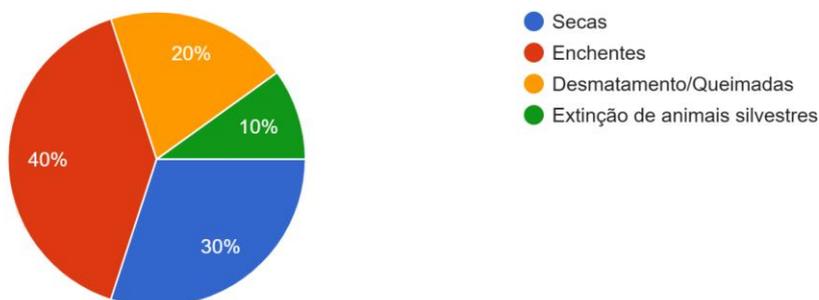
No tocante ao acesso às políticas públicas vemos que durante muito tempo a população utilizava água de cacimba até a chegada de água encanada, ocorrido na última década. Por último percebemos a sua relação com o rio como fonte de subsistência pela maioria e os agravantes ambientais ao longo tempos se repetem sucessivamente.

Gráfico 2 e 3

O rio é considerado uma fonte de subsistência pela comunidade:  
20 respostas



Quais problemas ambientais são mais presentes:  
20 respostas



Fonte: Arquivo pessoal - entrevista realizada com 20 moradores em Agosto de 2025.

Apesar desse cenário adverso, os saberes ancestrais permanecem vivos e atuam como mecanismos de resistência cultural e ambiental. Entre essas práticas destacam-se a agricultura diversificada e de baixo impacto por meio do uso de policultivos adaptados ao clima semiárido, preservando a fertilidade do solo, manejo sustentável da água, no aproveitamento de cacimbas, barreiros e técnicas tradicionais de captação de água da chuva. Mais recentemente a comunidade recebeu a implantação das cisternas de placas que beneficiaram parte da população. Outro saber tradicional preservado é a valorização das plantas medicinais e da biodiversidade local, onde a transmissão oral de conhecimentos fitoterápicos, fortalece a autonomia da comunidade.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

Nossa análise se inicia a partir da seguinte tabela que apresenta a sequência de sesmarias concedidas em torno dessa região:

Tabela 1

Nome	Objetivo	Medidas	Local	Ano da concessão
Inacia Machado (Dona) Ines Pacheco (Dona) Vitoria Rodrigues da Camara (Dona) Ursula da Camara (Dona)	Aumentar a povoação e criação de gado	Dois sítios: cada um deles com duas léguas de terra de comprimento e uma de largura	Rio Una acima, passando pelo Tabuleiro, que fica entre dois riachos que fazem barra no poço do Una. O outro começando a medir do sítio acima, seguindo pelo riacho Panacuy acima.	11/11/1706
Inacia Machado (Dona) Inês Pacheco (Dona) Vitoria Rodrigues da Camara (Dona) Ursula da Camara (Dona) Maria Gaga (Dona) Josefa Machado (Dona)	Criação de gado cavalari e vacum	Seis léguas de comprimento com uma légua de largura, meia para cada banda do rio Una.	Rio Una. Entre as ribeiras do rio Camocim e do Rio Parnaíba.	09/12/1706
Maria de Sousa Crespo e Custódia de Mendonça Cabral	Pretendia plantar	Três léguas de terra de comprimento com uma légua de largura	Na ribeira do Tiaia, começando nas roças dos Saraivas, medindo até confrontar com os Machados, ficando a lagoa chamada Pehyy dentro da medição.	24/12/1706
Pedro Alves Carneiro	Criação de gado	Tres leguas de comprimento com meia légua de largura para cada banda do riacho da Una	Ficava entre um serrote (nao consta o nome) e o riacho da Alagoa, nas confrontações com o morro da Tiaia e com os últimos providos (indivíduos que receberam concessões na região).	22/05/1722



Aurelio Gomes	Criação de gado	A sesmaria requerida possui três léguas de comprimento por uma légua de largura,	No rio Panacui (também conhecido como Atiaia), nas confrontações com a serra Meruoca, confrontando a oeste com o morro Atiaia e com uma serra (na carta não consta o nome desta serra) que vinha do Curuai.	02/01/1723
---------------	-----------------	--	---	------------

Fonte: Tabela organizada pelos autores, 2025.

Onde esses dados nos levam a refletir sobre o processo de colonização na região, ainda buscando mais fontes nos textos do autor Haroldo Ximenes no livro *Origem e evolução Histórica de Granja*, se percebe o quanto essa população indígena esteve presente em todo processo histórico tanto na sede da cidade, como nos povoados, como é caso da localidade de Tiáia.

Com base na pesquisa feita pelo historiador André Frota de Oliveira, o município de Granja em 1823 contava com:

Tabela 2

População étnica	Quantidades
Branco	1000
Mestiços	2400
Índios	850
Negros	50

Fonte: Tabela de autoria própria baseada nos dados citados no livro do autor (Oliveira, )

Enquanto no censo de habitação de 1872, aparece como caboclo em sua totalidade 2462 pessoas em Granja, onde o termo caboclo utilizado neste censo refere-se a população indígena. Pois de acordo com o artigo publicado por Pires Moura na revista de ciências humanas da Universidade do Vale do Acaraú, destacando o termo caboclo em meados do século XIX, se constata que era usado para atribuir a mestiçagem ocorrida entre índios e brancos, onde os próprios documentos oficiais começaram a negar a existência indígena.

Segundo Pires Moura ( 2021 )

Além de demonstrarem insatisfação por serem tratados pelo termo caboclo, ainda esclarecem sua preferência por serem tratados por índio, porque pelo menos o fato de serem reconhecidos como índios permitia-lhes também reivindicar posse das suas terras, uma vez que se encontravam em um período no qual essa identidade só era negada quando a intenção era a apropriação de suas terras.



Onde por fim no recenseamento de 1940 no Ceará publicado na revista do Instituto do Ceará, referentes ao município de Granja não aparece a nomenclatura indígena, somente as classificações dispostas abaixo:

Tabela 3

População étnica	Quantidades
Branços	16.738
Pretos	16.155
Amarelos	123
Pardos	579
Pessoa de cor não declarada	8
Total	33.603

Fonte: Tabela organizada pelos autores com base no censo de 1940 no município de Granja-Ceará

É nesses dados de 1940 que definitivamente se percebe a exclusão histórica desses povos que foram invisibilizados até mesmo nos dados estatísticos, além da necessidade de explicação histórica de uma suposta mistura étnica proposta no imaginário da elite brasileira. Apenas no censo de 1991 o termo indígena aparece nas estatísticas, ano esse em que no município de Granja ninguém se identifica como Indígena, confirmado pela inexistência de terras demarcadas como indígenas nessa região.

Em relação a exploração do uso da terra realizados pelas populações nativas escravizadas pelo projeto colonizador europeu identificamos três fases:

Tabela 4

FASE	PRODUTO	PERÍODO
I	Plantações de mandioca, milho, criação de gado e extração de sal	Todo século XVIII até metade do século XIX
II	Plantações de algodão	Da metade até o final do século XIX
III	Cera de carnaúba	Final do século XIX e início do século XX

Fonte: Tabela organizada pelos autores com base nos estudos realizados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se nota nas estatísticas oficiais a perda da territorialidade indígena se consolidou principalmente no século XVIII, onde a relação do índio com a terra, vista como sua casa, habitat natural, foi totalmente invisibilizada pela ideia de exploração e ainda mais pela utilização desses próprios povos como escravizados em um novo regime, com perda total de suas terras em nome de um projeto colonizador que só favoreceu a elite predominante da época.

Desde a implantação da criação de gado como mantenedora da civilização do couro no Ceará, por meio das oficinas de charque no comércio de granja até a extração do sal para garantir a eficácia desse processo, vemos a criação de um modo de produção capitalista e exploradora da terra e de quem nela habitava.



Com o advento da exportação do algodão e depois da cera de carnaúba, a superexploração da terra evidencia todo um ressignificado da terra, trazendo com isso problemas ambientais graves, que vão desde a desestruturação da fauna e flora local.

Desse modo os denominados carnaubais, que tornou essa região ainda mais vislumbrada no final do século XIX, consolidou a perda da territorialidade indígena já evidenciada, onde muitos migraram, alguns passaram a viver como trabalhadores braçais após um processo interétnico intenso. Vale lembrar que o presidente da província desde 1863 havia afirmado que não havia mais indígenas no Ceará aldeados ou bravios, excluindo literalmente os povos indígenas. Desse modo sem a força de produção escrava e a falta de investimentos na região pela diocese de Sobral, o bispo da diocese resolveu vender em 1926 as terras que restaram após muitos conflitos com os colonizadores para a Firma agrícola Joaquim Pereira de Oliveira & filhos, já instalada nesta região.



## REFERÊNCIAS

CARTA do (Governador de Pernambuco) Luis Diogo da Silva ao (Secretário de estado dos Negócios do Reino) Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a atuação dos religiosos na Missão da Ibiapaba e sobre as fazendas de gado e bens dos religiosos. Recife, 06 de março de 1759. AHU\_ACL\_CU\_006. Cx.7. D. 464. localizado em <https://pt.scribd.com/document/485160891/Catalogo-de-docs-manuscritos-sobre-o-Ceara-no-Arquivo-historico-Ultramarino> ( acessado em 14/04/2025 às 15:00)

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV154\\_MD1\\_SA136\\_ID4319112021235951.pdf.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA136_ID4319112021235951.pdf.pdf) ( acessado em 06/04/2025 às 15:26)

[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29694/3/2017\\_dis\\_jfosilva.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29694/3/2017_dis_jfosilva.pdf) ( acessado em 06/04/2025 às 15:26)

<https://archive.org/details/navarro-dicionario-de-tupi-antigo/page/475/mode/2upa> língua indígena clássica do Brasil : Eduardo de Almeida Navarro : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive ( acessado em 21/03/2025 às 14:00 hs.)

<https://archive.org/details/histsecca1870teo/page/22/mode/2up>( acessado em 22/03/2025 às 09:00 hs.)

<https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil> ( acessado em 04/08/2025 às 08:00 )

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v4\\_ce.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf)( acessado em 21/03/2025 às 14:00 hs.)

<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/08/07/em-1872-primeiro-censo-listou-indigenas-como-caboclos-ou-pardos-populacao-so-passou-a-ser-contada-em-1991.ghtml> ( acessado em 14/04/2025 às 14:00)

<https://archive.org/details/censo1940vol6t1ce/page/51/mode/2up> ( acessado em 14/04/2025 às 14:00)

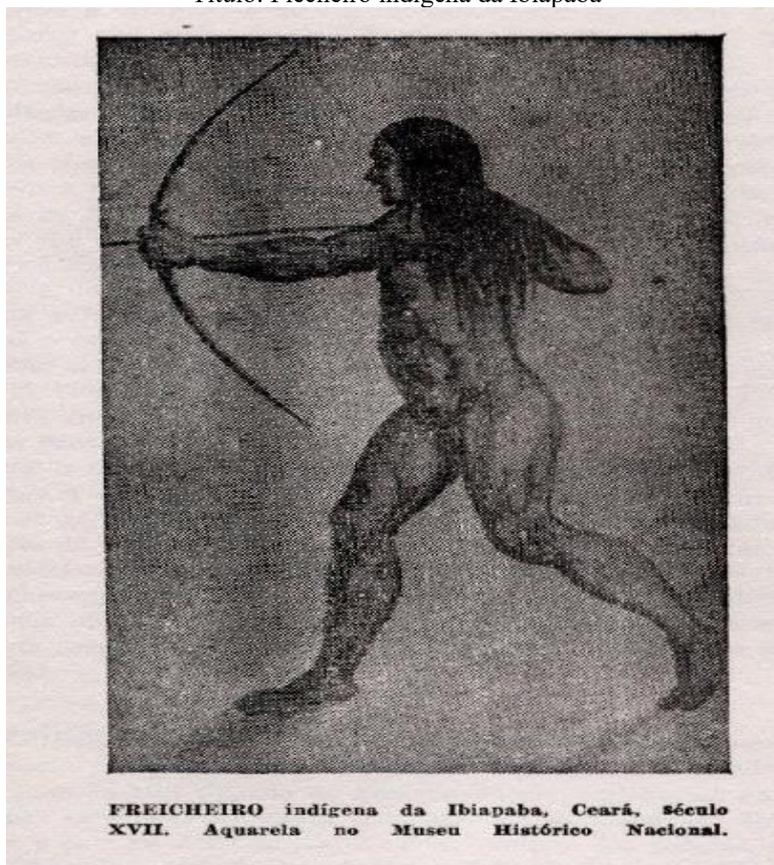
<https://www.facebook.com/jaguaruanaverdade.com.br/posts/922193062754682/book> ( acessada em 21/05/2025 às 13:48 )

[www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br) ( acessado em 17/04/2025 às 10:00)

Ximenes, Haroldo. Origem e evolução histórica de Granja. Fortaleza: IGRANOL-IND. Gráfica do Nordeste LTDA, 1996.

## FOTOS

Título: Flecheiro indígena da Ibiapaba



Título: Exportação de algodão nos Portos do Ceará

ANOS	PORTAUA	ARACATU	WARRAU	ACARAU	URUJA	MOSSORÓ	TOTAL
	KILOS	KILOS	KILOS	KILOS	KILOS	KILOS	KILOS
1868	1.567.407	448.058	735	67.933	1.586		2.025.739
1869	3.748.265	407.600	20.000	93.364	4.314		4.253.546
1870	5.258.545	1.022.057	8.007	107.201	1.888		6.297.698
1871	5.158.903	881.197	2.525	63.881	1.487	12.248	6.048.234
1872	5.801.004	892.681	2.835	154.882	1.488	8.739	6.693.629
1873	6.607.530	141.489	2.789	157.421	18.979	2.438	6.828.246
1874	5.674.651	345.167		28.292	16.455	30.871	6.085.376
1875	5.682.584	1.075.825	5.714	12.495	2.885	1.421	6.778.524
1876	5.685.884	134.014	2.378	18.510	2.578	4.442	5.843.196
1877	4.386.127	895.010	236.006	27.850	2.260		5.547.253
1878	2.415.614	330.358	141.564	54.815	13.740		3.156.091

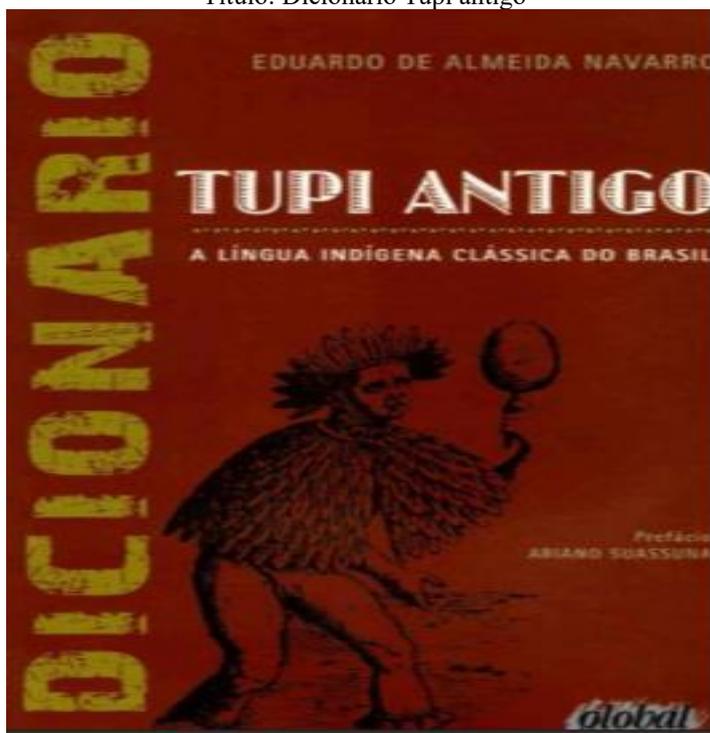
Fonte: Site - <https://archive.org>

Título: Capa do Dicionário Geográfico do Império



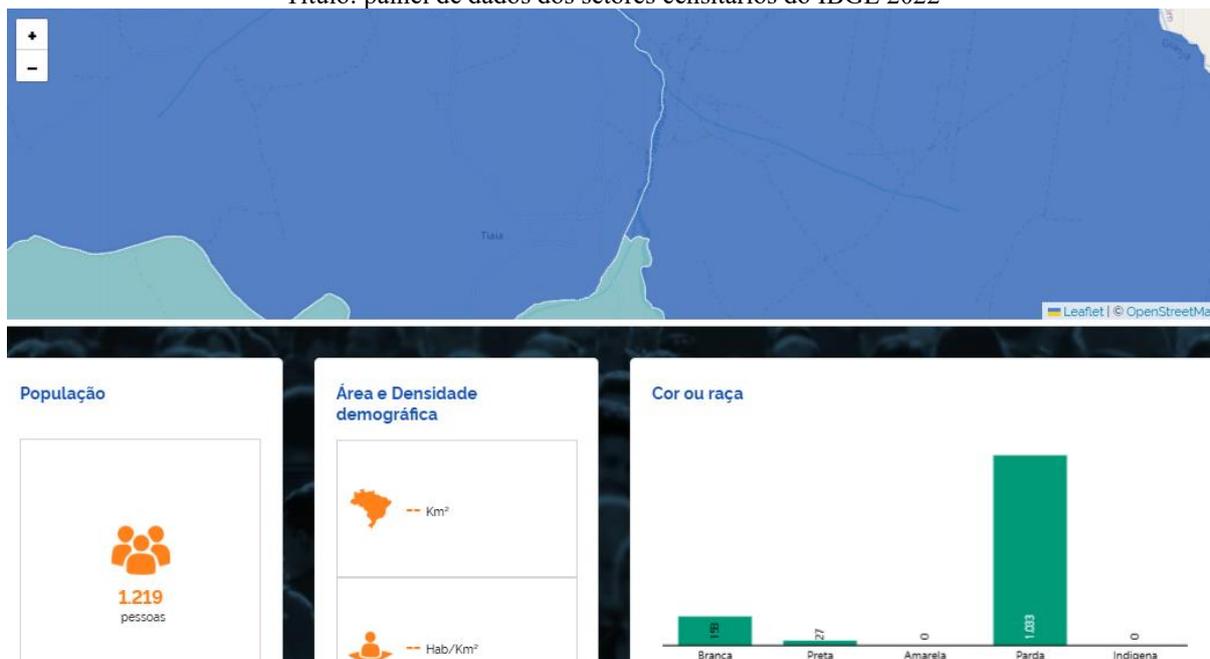
Fonte: Site - <https://archive.org>

Título: Dicionário Tupi antigo



Fonte: Site - <https://archive.org>

Título: painel de dados dos setores censitários do IBGE 2022



Fonte: Site do IBGE 2022.

Figura 1 - A Carnaúba  
**Figura 1. A Carnaúba**

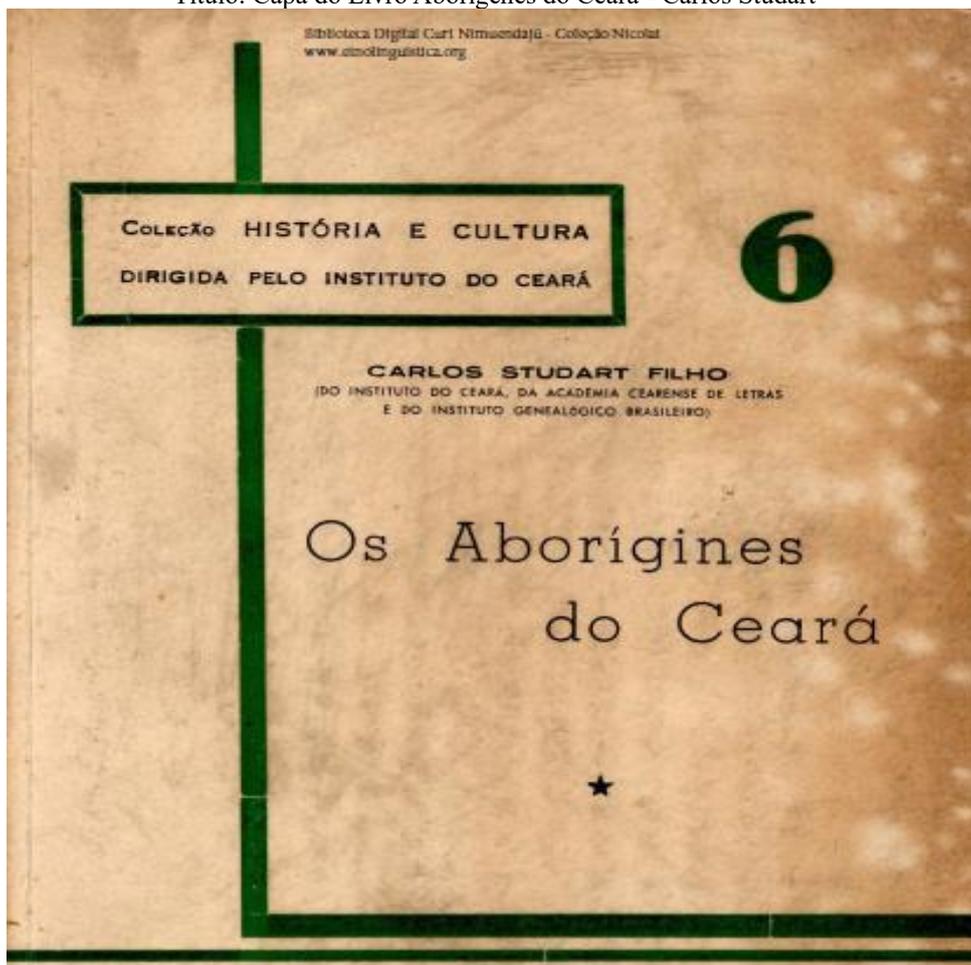


Fonte: Denis apud Andrade. Humberto Rodrigues de Andrade. Carnaúba. Separata de "O Ceará". Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939, p.5.

Fonte: Denis apud Andrade. Humberto Rodrigues de Andrade. Carnaúba. Separata de "O Ceará". Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939, p.5.



Título: Capa do Livro Aborígenes do Ceará - Carlos Studart



Fonte: Site - <https://archive.org>